PREFEITURA DO
RECIFE

**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**
**4ª Ata da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana**

**Local: Sala de Reunião da SEPLAN/PCR – 5ª andar**
**Data: 04 de julho de 2017**
**Horário: 09h36 às 12 h**

**PAUTA:**

- ✓ Acompanhamento das deliberações da 6ª Conferência Municipal do Recife;
- ✓ Cronograma de elaboração do Plano Municipal de Mobilidade;
- ✓ Outros informes.

**Participantes da reunião da Câmara Técnica:**

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: João Domingos Azevedo, Fernando de Alcântara, Sideney Schreiner, Maurício Pina e Taciana Sotto-Mayor.

- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Daniel Valença (AMECICLO) e Fernando Holanda (RAPS).

- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental:

- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Marília Pina (Poder Público), Carlos Alberto (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público), Marcus Ferraz (Poder Público), Socorro Cavalcanti (Poder Público), Eliane Cabral (Poder Público), Fernando Freire (Poder Público), Adriana Figueira (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público) e João Victor (Poder Público).

**Resumo da reunião:**

- ✓ Iniciada a reunião, João Domingos (Poder Público) propôs que: com a retomada de reuniões da Câmara Técnica, a coordenação fosse escolhida pelos membros que atualmente a compõem. Sugeriu uma avaliação das discussões realizadas pela Câmara e sua consonância com as deliberações da 6ª Conferência, bem como, com o andamento do Plano de Mobilidade. Propôs que a coordenação fosse repassada para Sideney Schreiner (Poder Público), pois é o Coordenador do Plano de Mobilidade e representante do ICPS no Conselho da Cidade.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) realizou a apresentação da pauta, informando que em concomitância com a apresentação do Plano de Mobilidade, destacará o atendimento às deliberações da 6ª Conferência Municipal do Recife para a área de mobilidade.
- ✓ Iniciou-se a apresentação do Plano de Mobilidade, com destaque para atividades realizadas como, por exemplo: Elaboração do Diagnóstico e a participação de representantes da sociedade civil,

tanto no processo de discussão do Projeto Recife 500 anos, quanto nas oficinas participativas sobre a mobilidade e seus modais, realizada em escolas municipais nas 18 microrregiões do Recife.

- ✓ Apresentou o resultado das contribuições colocadas na pesquisa Origem e Destino on-line que considerou: pedestres, desobstrução de calçadas, requalificação, sinalização, fiscalização e infraestrutura. Outros itens correlatos também foram destacados nas oficinas: segurança pública, iluminação e drenagem.
- ✓ Em relação aos ciclistas, foi destacado que o Plano obteve contribuições, com destaque para a falta de ciclovias e vias específicas. Outros problemas informados foram: estacionamentos de carros e motos nas ciclofaixas e a existência de vias esburacadas.
- ✓ As principais demandas foram citadas: campanha de incentivo ao uso de bicicletas, capacitação, educação no trânsito etc.
- ✓ Em relação ao transporte público, considerou-se: regularidade, terminais integrados e paradas de ônibus, motoristas e cobradores, lotação e metrô. Destacando-se a falta de regularidade, imprudência dos motoristas, lotação, necessidade de vias ferroviárias, segurança pública, más condições dos veículos e falta de educação para o trânsito. Tanto para os motoristas, quanto usuários. Ainda, a falta de planejamento e de conforto térmico. Além de problemas com limpeza e vias não pavimentadas.
- ✓ Em relação ao transporte motorizado individual, foram destacados: manutenção, respeito com as pessoas com mobilidade reduzidas, negligência com a sinalização, engarrafamentos, poucas vagas de estacionamento nas proximidades de mercados públicos, falta de fiscalização com relação à carga e descarga, além dos estacionamentos irregulares.
- ✓ Foi apresentado o resultado da Pesquisa de Percepção da Mobilidade, onde se destacaram os principais temas abordados pela população: insatisfação com relação à mobilidade, desconhecimentos dos serviços, falta de fiscalização, despreparo dos motoristas de ônibus, além da falta de educação dos motoristas e usuários.
- ✓ Com relação às questões trabalhadas no Plano de Mobilidade com as deliberações da 6ª Conferência Municipal do Recife, foram destacados: melhoria das calçadas, sendo trabalhado no plano sob as estratégias de implantar um programa de ruas cidadãs e ruas completas. Ainda, qualidade e mobilidade contida no Plano de Manutenção, fiscalização da qualidade e garantia à acessibilidade. Além de recuperação de calçadas contempladas no Plano e aumento e redução da participação do transporte não motorizado.
- ✓ Questionou-se a prioridade dada às calçadas, já que, atualmente, estão sob a responsabilidade do morador e não do poder público.
- ✓ João Domingos (Poder Público) destacou que o poder público deve analisar os meios de atendimento a esta demanda, sem detrimento da manutenção das ruas.
- ✓ Maurício Pina (Poder Público) destacou que Recife tem 5.000 km de ruas, o que significa 10.000 km de calçadas, que representam 20.000.000,00 m² de calçadas. Deve-se analisar o que este dado representa de custo para o poder público.
- ✓ Taciana Sotto-Mayor (Poder Público) questionou se o plano definirá a responsabilidade de órgãos públicos sobre as propostas a serem definidas. Sideney Schreiner (Poder Público) esclareceu que o projeto conceitual das calçadas será definido posteriormente. Esclareceu que o Plano apresentará a responsabilidade sobre a gestão e captação de recursos.

- ✓ Marcus Ferraz (Poder Público) fez referência aos buracos causados por alguns órgãos, como COMPESA, por exemplo, e se há definição de como será a fiscalização e a responsabilidade. Sideney Schreiner (Poder Público) respondeu que o plano definirá regras para esse tipo de intervenção.
- ✓ Sobre a questão do IPTU, Sideney Schreiner (Poder Público) destacou que o Plano não pode reduzir o valor, pode definir a responsabilidade das calçadas para que, gradativamente seja repassada para o poder público.
- ✓ João Domingos (Poder Público) destacou que há uma lei que permite cobrar da sociedade sobre a manutenção das calçadas.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) destacou que o Plano de Mobilidade apresentará uma etapa de transição, ou seja, identificará algumas vias que serão repassadas prioritariamente para o poder público. O projeto deve ter uma concepção integrada, com vias, corredores, calçadas etc.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) destacou que o Plano está prevendo um programa de zona trinta, de modo a garantir a redução da velocidade dos veículos.
- ✓ Fernando Holanda (RAPS) fez referência ao Plano de Arborização Urbana.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) fez referência à articulação do Plano com o projeto de redução das emissões de carbono conduzido pela Prefeitura do Recife.
- ✓ João Domingos (Poder Público) ressaltou que, atualmente, existe uma demanda para regularizar os espaços públicos de modo a potencializar as interfaces, com arborização e redução de gases de efeito estufa.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) destacou que o Plano definirá as estratégias e posteriormente serão estudados caso a caso. Sobre a arborização, o ICPS está trabalhando de forma articulada com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio ambiente para definir diretrizes e regulamento.
- ✓ João Domingos (Poder Público) destacou que há desafios que devem ser enfrentados, considerando as diversas variáveis.
- ✓ Fernando Alcântara (Poder Público) destacou a diversidade de situações existentes na cidade, o que faz considerar distintas situações e privilegiar o processo de negociação.
- ✓ Outro aspecto destacado pela 6ª Conferência Municipal foi quanto à ampliação de novas faixas exclusivas de ônibus.
- ✓ Maurício Pina (Poder Público) ponderou que algumas demandas são inconsequentes, como a permissão de bicicletas em faixas exclusivas de ônibus. Destacou que as faixas exclusivas, quando foram idealizadas eram somente para ônibus, depois foram permitidos os veículos de serviços. Já o táxi, quando foi permitido, considerou-se uma dificuldade: não é um veículo coletivo. Finalizou informando que a permissão de bicicleta na faixa exclusiva de ônibus pode significar um risco para o ciclista.
- ✓ Daniel Valença (AMECICLO) colocou que esta questão se refere a uma determinação da 6ª Conferência Municipal, ressaltou que não se discute o uso da faixa para táxi, outros veículos e somente para bicicletas. Essa questão tem relação ao direcionamento dado à prioridade. Pois não se está pensando na segurança das pessoas.

- ✓ Daniel Valença (AMECICLO) ressaltou ainda, que a atual legislação define como prioridade a segurança das pessoas, mas que na ausência de vias exclusivas, deve-se garantir a circulação dos ciclistas.
- ✓ Fernando Holanda (RAPS) colocou que há uma distorção nesta proposta.
- ✓ Maurício Pina (Poder Público) colocou que a velocidade do ônibus não deve ser reduzida, pois a velocidade do ônibus é comercial. Neste caso, a segurança do ciclista é comprometida. Enfatizou que em Berlim o ciclista utiliza a calçada.
- ✓ João Domingos (Poder Público) colocou que a inexistência de infraestrutura rodoviária não garante a circulação dos ciclistas. Ressaltou que há uma má educação generalizada, que não garante a segurança. O fato é que existe uma necessidade de investir em infraestrutura que afeta os diversos modais, porém se entende que o transporte público é prioritário.
- ✓ Fernando Holanda (RAPS) colocou que a lei faz referência à prioridade do transporte individual não motorizado. A 6ª Conferência Municipal da Cidade ressalta essa questão e não se coloca de forma dissonante e que a deliberação da Conferência ressalta a necessidade de infraestrutura e, quando não houver, deverá se dar prioridade ao ciclista na faixa exclusiva do ônibus.
- ✓ Fernando Holanda (RAPS) colocou que, em relação à segurança, não se concebe que haja convivência entre o BRT e o ciclista.
- ✓ Fernando Alcântara (Poder Público) enfatizou que um problema sério é a disputa de espaço. Que é necessário capturar o espaço do veículo e o que se tem como proposta é migração das pessoas para o transporte coletivo, com melhor padrão de serviço e de infraestrutura.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) ponderou sobre a ordem da discussão, se faria a apresentação e deixaria as discussões para o final ou se as discussões seriam na sequência de cada item apresentado. Os presentes preferiram discutir caso a caso.
- ✓ Daniel Valença (AMECICLO) colocou que não se deve conciliar o ciclista com o BRT, desde que se tenha infraestrutura para o ciclista. Quanto às faixas azuis, já ocorre o uso comum do ciclista com os veículos coletivos. Os ciclistas demandam uma faixa exclusiva para eles, mas é importante que haja treinamento, educação para convivência dos motoristas de ônibus e ciclistas. Esse compartilhamento acontece em outras cidades, como em Londres, mas há a necessidade de treinamento.
- ✓ Maurício Pina (Poder Público) colocou que apoia as bicicletas. Destacou que a alça de acesso à Via Mangue não considerou a faixa de bicicleta, mas que é necessário se olhar a questão com mais racionalidade. Afirmou que o sistema de transporte coletivo é tão importante, que na data anterior, a cidade parou devido à greve. Outra questão que abordou, referiu-se à possibilidade de ponderações sobre as deliberações da 6ª Conferência Municipal do Recife. A Câmara pode debater de modo a conciliar interesses. Quando o Plano for formulado, é que será regulamentado como projeto de lei. Por outro lado, o ciclista não é educado para conviver com as regras do trânsito. Quanto ao BRT, sua característica principal é a rapidez. Por outro lado, deve-se destacar que a distância média das linhas de ônibus é de 25 km, o que dificulta a bicicleta.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) ponderou que essa discussão não se conduz para um consenso, mas que o Plano deve considerar e trabalhar uma proposta de modo a atender às diferenças. O Plano vem trabalhando na perspectiva de ampliar as faixas de transporte público, não somente

rodoviário, mas sob trilhos. Ressaltou que existem pessoas que fazem deslocamento metropolitano com bicicletas. As faixas exclusivas serão uma definição a ser tomada pelo Plano.

- ✓ Dando prosseguimento, destacou-se a inclusão de vagas de garagem em áreas comerciais e que essa proposta tem relação com o Plano Diretor.
- ✓ João Domingos (Poder Público) destacou que o atrativo dessa questão está na aplicação dos instrumentos da outorga onerosa.
- ✓ Daniel Valença (AMECICLO) ressaltou que as discussões da Câmara se referem a outras demandas que não estão contempladas no Plano de Mobilidade.
- ✓ Fernando Holanda (RAPS) perguntou se o Plano prevê a supressão de vagas de estacionamento. Sideney Schreiner (Poder Público) respondeu que o estacionamento deixa de ser um direito livre para ser regulado pelo poder público. É previsto a implantação de estacionamentos estratégicos, como bolsões verticais etc. É importante que o plano aponte qual a quantidade de vagas de estacionamento que deve ter disponibilizado na cidade.
- ✓ Em relação à mobilidade relacionada às áreas de morros, foi dito que o Plano está trabalhando na perspectiva de teleférico para integrar os morros, articulado ao transporte publico.
- ✓ Fernando Holanda (RAPS) perguntou sobre uma escadaria no morro, que prevê acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Sidney Schreiner (Poder Público) ressaltou que deve buscar a padronização e estudar os casos.
- ✓ João Domingos (Poder Público) ressaltou que a geografia dos morros do Recife dificulta a implantação de uma rede de funicular.
- ✓ Outro aspecto tratado na 6ª Conferência Municipal diz respeito às malhas complementares do Plano Diretor. Esse aspecto será trabalhado em sintonia com a matriz de mobilidade do Plano que articula vários tipos de transporte. Daniel Valença (AMECICLO) ponderou que o item de segurança deve estar contido nessa questão.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) enfatizou a importância de se planejar de forma integrada, contemplando vários modais e ações, como calçadas, rede ciclável etc. Essa visão facilita a captação de recursos.
- ✓ Foi tratado o do Plano de redução de mortes e violência no trânsito. Sideney Schreiner (Poder Público) destacou que o Plano trabalha com o horizonte zero. Ressaltou algumas ações que são simples, mas que não são feitas, pois tem vias que não tem limites de velocidade e isso deve ser informado à população. O plano deve prever um programa de tratamento e redução de acidentes.
- ✓ Adriana Figueira (Poder Público) perguntou sobre o uso da motocicleta no plano. Sideney Schreiner (Poder Público) respondeu que a motocicleta foi considerada como motorizada individual. Foi informado que a velocidade máxima na cidade é 60 km nas vias arteriais e nas vias coletoras, 40 km, mas há falta de informação e fiscalização sobre a velocidade correta das vias. O plano deverá prever a redução da velocidade permitida que se trata de uma medida para a redução de congestionamento.
- ✓ Outro tema da Conferência diz respeito ao acesso às estações de metrô e terminais integrados. Essa questão está prevista na diretriz de segurança e mobilidade.
- ✓ Outra proposta diz respeito à redução do número de vagas de estacionamento nas vias públicas e reformulando a política de preços e prazos da zona azul. Este aspecto está previsto na diretriz de sustentabilidade da mobilidade urbana.

- ✓ Outra proposta se refere ao desenvolvimento de um programa de arborização sendo prevista na diretriz de segurança e mobilidade. Este programa está sendo trabalhado de modo integrado ao Plano de Arborização da Prefeitura.
- ✓ Fernando Holanda (RAPS) perguntou se a Câmara Técnica pode realizar reuniões extraordinárias com outras secretarias para tratar de temas integrados, sendo esclarecido por Tarciana Medeiros (Poder Público), que está previsto este tipo de reunião na agenda da Câmara.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) repassou informações sobre as etapas do Plano e sobre o cronograma, bem como o estágio de desenvolvimento do plano. Posteriormente haverá apresentação das propostas do Plano e em dezembro, será realizada uma audiência pública final. Complementou que abril será o prazo para finalizar e aprovar o Plano na Câmara de Vereadores.
- ✓ Sideney Schreiner (Poder Público) informou que, em relação ao financiamento pelo ministério, não há perspectiva de liberação de recursos ainda para este ano.
- ✓ Daniel Valença (AMECICLO) perguntou se haverá um plano de fiscalização. Sideney Schreiner (Poder Público) respondeu que está sendo previsto no Plano, como recomendação para a gestão dos órgãos executores.

**Encaminhamentos:**

- ✓ Realizar discussão sobre a faixa azul e o Plano de Arborização;
- ✓ Realizar reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente para apresentar e discutir o **Plano de Arborização**, com foco na mobilidade prevista para o dia 01/08/17;
- ✓ Convidar a SDSMA e CTTU para o debate;
- ✓ Verificar se há possibilidade de realizar uma reunião extraordinária no prazo de um mês. A data deverá ser vista pela secretaria do Conselho da Cidade, para convocação dos participantes;
- ✓ Deixar pré-agendado reuniões ordinárias para os dias 01/08, 05/09/, 03/10 e 07/11/17;
- ✓ Propor a definição de regras para o debate, sendo permitidos três minutos de fala máxima.

PREFEITURA DO
RECIFE

**CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE**
**4ª Ata da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana**

**Conselheiros presentes que integram a Câmara Técnica:**

| NOME/INSTITUIÇÃO | ASSINATURA |
|---|---|
| Daniel Valença (AMECICLO) | |
| Fernando de Alcântara (Poder Público) | |
| Fernando Holanda (RAPS) | |
| João Domingos Azevedo (Poder Público) | |
| Maurício Pina (Poder Público) | |
| Sideney Schreiner (Poder Público) | |
| Taciana Sotto-Mayor (Poder Público) | |